



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	252.477.075,81	263.791.059,15
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.965.076,46	2.153.393,11
Venda de Mercadorias	721.477,25	531.393,20
Vendas de Produtos	911.825,69	812.531,15
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.331.773,52	809.468,76
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	61.882,84	223.075,67
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.094,64	341,61
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	60.788,20	222.734,06
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	237.964.240,63	231.490.873,83
Transferências Intragovernamentais	233.855.987,73	228.850.730,72
Transferências Intergovernamentais	-14.935,67	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	4.123.188,57	2.640.143,11
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	11.332.321,13	29.708.316,34
Reavaliação de Ativos	7.565.266,41	8.666.525,44
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.737.555,13	17.303.271,97
Ganhos com Desincorporação de Passivos	29.499,59	3.738.518,93
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	153.554,75	215.400,20
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 30/10/2017	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	153.554,75	215.400,20
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	244.430.795,47	246.754.271,21
Pessoal e Encargos	128.699.978,67	112.611.477,19
Remuneração a Pessoal	102.905.831,85	89.936.024,65
Encargos Patronais	19.228.089,39	16.794.016,62
Benefícios a Pessoal	6.487.498,42	5.838.227,92
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	78.559,01	43.208,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	22.401.038,61	19.324.095,25
Aposentadorias e Reformas	17.241.546,28	14.571.602,52
Pensões	5.159.492,33	4.752.492,73
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	41.518.292,22	39.779.280,89
Uso de Material de Consumo	7.354.060,39	7.499.646,79
Serviços	29.085.666,90	28.264.894,27
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.078.564,93	4.014.739,83
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10.922,11	36.603,32
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	4.463,65	35.519,99
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	6.458,46	1.083,33
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	41.491.297,17	55.163.626,12
Transferências Intragovernamentais	37.907.004,30	43.750.310,08
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	30.418,00	35.836,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.553.874,87	11.377.480,04
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.012.503,64	9.962.166,53
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	587.683,19	21.458,10
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	424.820,45	9.940.708,43



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 30/10/2017	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	38.994,46	31.564,07
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.175,97	5.042,65
Contribuições	33.818,49	26.521,42
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	9.257.768,59	9.845.457,84
Premiações	-	9.484,04
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	7.006.766,02	7.524.598,40
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.251.002,57	2.311.375,40
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	8.046.280,34	17.036.787,94

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

1- Estrutura institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais foi criado em 2008 pela lei nº 11.892, responsável pela criação dos institutos federais em todo o país. Assim, a instituição originou-se a partir da fusão de três antigas escolas agrotécnicas, localizadas nos municípios de Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Essas três unidades tornaram-se campi, formando uma só instituição e assumindo um novo compromisso: o desenvolvimento regional por meio da excelência na educação profissional e tecnológica.

Para expandir sua atuação, foram instalados três novos campi nas cidades de Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre. Em 2013, o Instituto inaugurou uma nova etapa de sua expansão com a criação de campi avançados nos municípios de Carmo de Minas e Três Corações. Além dessa estrutura, também possui polos de rede em diversos municípios do sul de Minas Gerais.

Esses polos são instalados em parceria com as prefeituras, para a oferta de cursos a distância.

2- Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Instituto Federal de Educação Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto - Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON consolidam as contas dos *campi*: Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Reitoria.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

3- Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Estoques

Compreendem as mercadorias que compõe o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(d) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(e) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(f) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O cálculo referente à depreciação de Bens Imóveis de Uso Especial é realizada pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU/MPOG, em atendimento à Instrução Normativa SPU nº 1, de 02.12.2014, que dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização; e à Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10.12.2014, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias, e fundações públicas federais. É registrado no SIAFI pela CCONT/STN.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(g) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial;

II. Orçamentário; e

III. Financeiro.

(g.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(g.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(g.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa

4 - Notas Explicativas a Demonstrações das Variações Patrimoniais - DVP

4-1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 30/09/2017 no Órgão 26412 Instituto Federal de Educação do Sul de Minas Gerais, foi positivo em R\$ 8.046.280,34 e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 01 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

	30/09/2017	30/09/2016	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	252.477.075,81	263.791.059,15	(4,29)
Variações Patrimoniais Diminutivas	244.430.795,47	246.754.271,21	(0,94)
Total	8.046.280,34	17.036.787,94	(52,77)

Observa-se que, no resultado patrimonial do período, houve uma queda expressiva quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. No segundo semestre de 2016, o resultado foi positivo em R\$ 17.036.787,94. No segundo semestre de 2017 o resultado foi positivo em R\$ 8.046.280,34, implicando uma variação negativa da ordem de R\$ 8.990.507,60. Dentre os motivos que mais impactaram, destacam-se:

- I. Redução da VPA Valorização e Ganhos c/ Ativos e desincorporação de Passivos na ordem de 61,85%;
- II. Redução da VPA Outras Variações Patrimoniais Aumentativas 28,71%;
- III. Redução da VPD Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos em 89,84%
- IV. Redução na VPD Transferências e Delegações Concedidas em 24,79%.
- V. Aumento da VPA Exploração e Venda de Bens Serviços e Direitos em 37,69%
- VI. Redução no Resultado Financeiro Líquido (confronto entre VPA financeira x VPD financeira), passando do resultado positivo de R\$ 186.472,35 para positivo em R\$ 50.960,73.

Houve um aumento nas VPA Exploração e Venda de Bens Serviços e Direitos em 37,69% com destaque para Exploração de Bens Direitos e Prestação de Serviços, conforme a tabela a seguir.

Tabela 02 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Exploração e Venda de Bens Serviços e Direitos

	30/09/2017	30/09/2016	AH (%)
Venda de Mercadorias	721.477,25	531.393,20	35,77
Venda de Produtos	911.825,69	812.531,15	12,22
Exploração de Bens Direitos e Prestação de Serviços	1.331.773,52	809.468,76	64,52
Total	2.965.076,46	2.153.393,11	37,69

Observa-se que a VPD de Pessoal e Encargos apresentou um aumento de R\$ 16.088.501,48 (14,29%), quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. O mesmo fato foi visualizado na VPD de Benefícios Previdenciários e Assistenciais que teve um aumento de cerca de R\$ 3.076.943,36 (15,92%), quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. A maior parte do aumento nessa rubrica foi no valor de Aposentadorias e Reformas R\$ 2.669.943,76 (18,32%) e Remuneração a Pessoal R\$ 12.969.807,20 (14,42%).